
Interações entre Comunicadores Locutores e Ouvintes da Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro de Porto Alegre na Perspectiva da Cidadania Comunicativa¹

Rodrigo Severo RODEMBUSCH²
Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, RS

RESUMO

Esta pesquisa realiza uma análise dos processos comunicativos entre comunicadores locutores da rádio comunitária Lomba do Pinheiro, situada em Porto Alegre, e os comunicadores ouvintes que compõem seu público na perspectiva de construção de uma cidadania comunicacional. Como alicerce da investigação, no arcabouço teórico foram problematizados os conceitos de cidadania comunicativa. Na fase sistemática da pesquisa, foram feitas entrevistas em profundidade com comunicadores locutores e ouvintes. Entre os resultados encontrados, estão a participação efetiva do público na programação, porém, como pouco envolvimento em temáticas que promovam a construção de uma comunicação comunitária de fato e o fomento da cidadania comunicacional.

PALAVRAS-CHAVE: rádio comunitária; comunicação comunitária; cidadania comunicativa; lomba do pinheiro.

INTRODUÇÃO

Frente a um movimento de reconfiguração a que os processos comunicacionais estão sujeitos a partir da perspectiva da presença do ambiente digital, os serviços de radiodifusão comunitária, que têm no comunicador ouvinte sua razão de existir, precisam ser problematizados quanto às possibilidades de participação que oferecem a seu público. Em uma realidade midiática hegemônica e protetora do *status quo* (COGO, 1998), as rádios comunitárias são, em um país de grande desigualdade social, como é o caso do Brasil, uma alternativa para “formação do senso crítico, estimulando a reflexão sem determiná-la” (NUNES, 2006, p.135).

Assim, como parte integrante do espectro midiático da produção de comunicação de caráter comunitário entre grupos marginalizados ou discriminados pela sociedade (PERUZZO, 2010), o rádio tem a capacidade de participar no processo de descentralização da informação (COGO, 1998), como o têm jornais, blogs, televisões

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 13 e 15 de junho de 2018.

² Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). Mestre em International Media Studies (Deutsche Welle/Hochschule Bonn-Rhein-Sieg – Alemanha). Professor da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), e-mail: r.rodembusch@gmail.com

alternativas etc. Porém, a força do meio radiofônica se dá, talvez, “pelo fato de ter um baixo custo, não exigir habilidades prévias de seus ouvintes, podendo ser consumido a qualquer hora e lugar” (COGO, 1998, p.98).

Para atuar como um agente contra-hegemônico, é preciso que sejam estreitados, casa vez mais, os laços entre a comunidade pela qual, para a qual e sobre a qual o serviço de radiodifusão comunitária opera. É nesse cenário que esta pesquisa se insere e se propõe a analisar a relação entre comunicadores locutores da rádio comunitária, a partir das interações comunicativas entre a RADCOM Lomba do Pinheiro, situada em Porto Alegre, e os comunicadores ouvintes que compõem seu público na perspectiva de construção da cidadania comunicativa. A rádio foi selecionada após pesquisa exploratória em que foram mapeados os serviços de radiodifusão comunitária da capital gaúcha e, a partir deste levantamento, realizadas entrevistas exploratórias com os respectivos comunicadores gestores, comunicadores locutores e comunicadores ouvintes. Na fase sistemática, foram realizadas entrevistas em profundidade *in loco* com três comunicadores locutores três e ouvintes, levando em conta a diversidade de vozes e formas oferecidas de participação para este estudo.

A CIDADANIA COMUNICATIVA NOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A questão da cidadania possui diversos atravessamentos nesta pesquisa, pois se faz presente nas diferentes dimensões que operam para compreender os processos comunicacionais entre comunicadores ouvintes e as rádios comunitárias. Nesse sentido, concorda-se com Berger ao afirmar que “cidadania não é uma palavra de pouco significado” (2006, p.9), uma vez que seu conceito é abrangente e complexo e envolve diferentes tipos de percepções e experiências propriamente ditas - como uma ação, um pensamento, uma ideia, um ato, uma iniciativa ou uma mobilização – que poderiam ser compreendidas como a materialização da cidadania. Inclusive o próprio acesso a tecnologias tem uma relação direta com a construção de cidadania.

Para Berger, ao aprofundarmos a compreensão sobre o tema, é preciso trazer à discussão o elemento comunidade, pois “o que acompanha a questão da cidadania é uma discussão sobre o sentido e o alcance de ser membro da comunidade em que se vive. ‘Quem pertence’ ou ‘quem não pertence’ são as perguntas que estão na raiz do problema”. (BERGER, 2006, p.9).

O referido pertencimento remete à ideia de unidade (REIS, 1997), isto é, fazer parte de um corpo mais amplo – ser reconhecido como, por exemplo, integrante de uma nação e, uma vez parte dela, ser detentor de direitos assegurados pelo Estado. A relação entre o cidadão e o Estado no qual ele faz parte é explicada por Ghai, ao considerar que

[...] o povo está ligado ao Estado pelo conceito de cidadania, baseado rapidamente nos direitos e obrigações iguais de todas as pessoas, pressupondo a lealdade para com o Estado, e não reconhecendo quaisquer distinções de cultura ou de tradição. Os cidadãos têm direitos, mas estes são direitos dos indivíduos, baseados em uma visão abstrata e uniforme da pessoa humana (2003, p.959).

Levando, então, essa compreensão para um nível mais específico, o da comunidade, é claro que, teoricamente, as garantias de igualdade, de participação e de expressão se fazem presente. Entretanto, como é possível identificar nas práticas de vida em comunidade essa cidadania? Já Dallari afirma que ela se dá por meio das experiências vividas, que são construídas no dia a dia. Pereira exemplifica que essa percepção existe no respeito à legislação, à limpeza de vias públicas, à forma de tratamento de semelhantes, etc. (2013). A negativa dessa ação seria, para o autor, a inexistência da cidadania. Para ele, “quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões”. (2003, p.2).

Com o desenvolvimento tecnológico, e se percebe isso na realidade brasileira claramente, esse ser humano à parte da sociedade e/ou das políticas públicas, que lhe garantiriam a possibilidade de uma vida mais digna, encontra em meios não hegemônicos a chance de dar voz a suas demandas e anseios enquanto cidadão. Josgrilber aponta justamente o atravessamento que existe entre a tecnologia e a cidadania ao ressaltar que

[...] com tecnologias mais flexíveis, híbridas e adequadas às realidades locais, a implementação de uma infraestrutura de acesso à internet em banda larga permite a efetiva democratização da tecnologia para o cidadão. Essas redes, constituídas como patrimônio da comunidade, indicam um caminho de apropriação social que entende a inclusão digital como acesso da população à sociedade do conhecimento e como uma dimensão de extrema valia na construção de uma cidadania ativa (2010, p. 192-193).

A partir do que apresenta Josgrilber, é possível que esse cidadão ativo busque informação, trazendo para sua realidade e para a realidade de sua comunidade a

possibilidade de participação nos espaços democráticos. Isso se daria com a criação de novos meios para ampliar as condições de vida pessoal, da comunitária e do local onde residem (JOSGRILBERG, 2010). Ressalta-se, entretanto, que para que seja realmente concretizada a democratização nesse cenário, são necessários outros fatores, entre eles, a própria competência, isto é, o domínio técnico de como utilizar as possibilidades oferecidas de interação, analógicas e digitais.

Assim, questiona-se, como devem se dar os processos comunicativos no âmbito das rádios comunitárias para que possam ser significativos cenários de construção da cidadania? Que cidadania comunicativa se constrói a partir do protagonismo dos comunicadores ouvintes? Para Peruzzo, cidadão é um ser com direitos civis respeitados, atuante no exercício do poder político, com uma vida digna que lhe permite o acesso ao conhecimento, “mas também comunicar-se através dos meios tecnológicos que a humanidade desenvolveu e colocou a serviço de todos”. (2002, p.85).

Para Mata (2006), esta forma de cidadania, exercida por esse cidadão, extrapola os aspectos legais, alcançando um sentido maior, de libertação e igualdade – processo que ocorre também por intermédio dos meios de comunicação. A autora destaca que é preciso “analisar quais são as representações de cidadania que os meios constroem, e como se autorrepresentam, contudo, os espaços de ‘cidadanização’, isto é, como espaços de visibilidade e de produção de direitos e deveres”. (2006, p.8).³ Lahni, em perspectiva convergente, destaca que partindo do que se compreende como informação, garantida pela Constituição de 1988, a comunicação exerce papel indispensável e necessário nas sociedades contemporâneas e democráticas. Para a autora, “tal centralidade inclusive se firma com o reconhecimento do direito à comunicação, entendido como a garantia de receber e de emitir informações e opiniões que são importantes para a pessoa e seu grupo de pertencimento”. (LAHNI, 2014).

Para esta pesquisa, é relevante problematizar o conceito de cidadania comunicativa, pensando as possibilidades de sua constituição e seu exercício no âmbito das relações entre as RADCOMs e seus ouvintes. Mata (2006) argumenta que é complexa sua compreensão, uma vez que diz respeito a direitos inegociáveis como à informação, à comunicação, à liberdade de expressão e também à “capacidade de exigir a exibição de

³ Tradução do autor. Original em espanhol.

assuntos públicos e principalmente às práticas para firmar os direitos no âmbito específico da comunicação”. (2006. p.13). Conforme a autora, a cidadania comunicativa inclui

O reconhecimento da capacidade de ser um sujeito de direito e deveres no terreno da comunicação pública, e o exercício desse direito. É uma noção complexa que envolve várias dimensões e que reconhece o status que os indivíduos têm nas sociedades midiáticas. A noção de cidadania comunicativa refere-se necessariamente aos direitos civis - liberdade de expressão, o direito à informação, a possibilidade de exigir a publicação dos assuntos públicos etc. juridicamente consagrados por diversos instrumentos, tais como a constituição de Estados, leis, decretos, regulamentos. Nesse sentido, e como é geralmente o caso dos direitos civis, a cidadania comunicativa representa um limite para a ação do Estado com o objetivo de garantir a liberdade das pessoas representa um estatuto jurídico (MATA, 2006, p.11)

Sob tal perspectiva, entende-se que o cidadão reconhece tal capacidade na medida em que tem condições de lutar por e exercer seus direitos no que tange à comunicação. Em sociedades em desenvolvimento, esse reconhecimento é representado por uma luta constante por informação, por espaço no espectro midiático para veiculação de temas relevantes para si e sua comunidade.

Mata avança no entendimento da cidadania comunicativa considerando quatro níveis que garantiriam seu exercício pleno. O primeiro diz respeito à cidadania comunicativa formal, que considera todo e qualquer direito garantido por meio da lei; o segundo, a cidadania reconhecida, quando os indivíduos se identificam, se reconhecem enquanto cidadãos e têm noção de seus direitos. A cidadania comunicativa, o terceiro nível, é aquela exercida. Por fim, Mata (2006) se refere à cidadania comunicativa ideal, que levaria em consideração pressupostos teórico-políticos e as expectativas para uma real mudança social. Em toda essa construção, fica explícito o protagonismo do cidadão. A autora acentua “a indispensável participação popular, complicando a área da comunicação e informação como ambiente valoroso de trocas simbólicas para a consolidação da cultura democrática”. (2006, p. 8).

No que tange a questões ligadas à democracia, Maldonado observa que, a partir de uma articulação da esfera midiática em nível mundial entre os anos 70 e 80, a cidadania comunicativa “foi negada de maneira violenta, estabelecendo enquadramentos jurídicos e políticos repressivos de censura” (2011, p.3) na América Latina, o que demonstra um esforço para a manutenção de formas democráticas e igualitárias de comunicação na região. Ainda para o autor, a “cidadania ampliou-se para problemáticas de criação de

modos de vida social humanos que expressam a vida contemporânea e, também, orientam para *novos mundos possíveis* de estruturação social, cultural, política e comunicativa”. (2011, p.5).

Peruzzo (2008) considera que a cidadania tem estreita relação com a participação. É nessa nova possibilidade de reconfiguração que se alicerça o que se entende por cidadania, que inclui um processo em constante construção, de protagonismo daqueles sujeitos que lutam por direitos. No que tange à cidadania comunicativa, tal processo visa a igualdade de acesso, produção e gestão de meios de comunicação. Agora, se são necessários espaços onde exista uma interlocução entre diversas realidades de lutas, como propõe Santos (2008), que papel tem o ambiente digital nesse processo? Santos (2008) se refere às potencialidades emancipatórias que precisam emergir de dentro destes espaços.

Com Cortina (2005), é possível pensar que os meios de comunicação têm papel na construção da cidadania, também, como processo informal de educação. Porém, cabe um questionamento: o que fazer quando determinados coletivos não se sentem representados na mídia? A autora dá uma indicação de quem poderiam ser eles ao apresentar três tipos de diferenças culturais: os desfavorecidos, as minorias⁴ nacionais e certos grupos étnicos e religiosos (2005, p.148). Conforme a Unesco⁵, todos eles poderiam se beneficiar, por exemplo, de canais comunitários de comunicação para o fomento de suas demandas ou manutenção de suas individualidades.

A RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EM PORTO ALEGRE: LOMBA DO PINHEIRO

O bairro Lomba do Pinheiro, localizado na região leste de Porto Alegre, foi criado pela Lei nº 7954 de 8 de janeiro de 1997 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2017), porém sua história é anterior aos anos 50. De características originalmente rurais, a região começou a receber moradores de outras áreas da cidade nos anos 60 e 70, juntamente com o início do processo de urbanização.

⁴ A compreensão acerca do termo minoria é originado da definição de Rostelato e Siqueira, que afirmam que a “minoria é o conceito que se adota com a finalidade de indicar que certas pessoas sofrem discriminações, tendo seus direitos de cidadania desrespeitados” (2010, p. 226). Assim, entende-se minoria como um grupo com alguma forma de ligação, seja ela étnica, religiosa, cultural, de orientação sexual, de geografia, etc., que não é necessariamente formado por um número inexpressivo de integrantes, porém, possui como característica ter seus direitos desrespeitados, enquanto cidadãos, pela sociedade e pelo poder público.

⁵ Para mais informações: *Community Radio Handbook* – Unesco. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001245/124595e.pdf> Acesso em: 20 jan. 2016.

Conforme dados da municipalidade de 2015, a região conta com mais de 50 mil habitantes em 8.434 domicílios distribuídos em uma área de 2.455 hectares. O “rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio/2000 é de 2,92 salários mínimos”. (PROCEMPA, 2017). É nessa região que a Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro (87.9 FM) está inserida. Ela funciona em um espaço de uma sala comercial no Beco da Taquara, número 336, sala 8, zona leste de Porto Alegre, e conta com uma programação diária veiculada ao vivo das 7h às 22h, de segunda a segunda. É fruto de mobilização da Associação de Moradores do Serra Verde.

O ex-comunicador gestor Flávio Cassal – que deixou a coordenação da rádio e da Associação no final de 2017 – foi importante mobilizador para a criação do meio de comunicação comunitário, uma vez que esteve à frente do processo de outorga, desde 1998. A autorização ocorreu em 2001 e a primeira transmissão, em 2002. O novo comunicador gestor, Paulo Silva, está na rádio desde 2002 e, segundo ele, “a notícia que se tem é que somos a primeira rádio comunitária de Porto Alegre. Nós ficamos uns 3 meses com outorga sem botar a rádio no ar porque a gente não tinha todo o equipamento”.

No estúdio, os apresentadores comandam seus programas, atendem ao telefone e recebem ouvintes em um espaço sem portas ou isolamento acústico, o que permite o livre acesso dos ouvintes. Durante observações realizadas nas visitas ao local para a realização das entrevistas de caráter exploratório e sistemático ao longo de 2017 e 2018, foi possível perceber um movimento de revitalização do espaço. Com a troca de direção da Associação de Moradores do Serra Verde, responsável pela rádio comunitária, houve uma mudança significativa na forma de entender o papel e o alcance da RADCOM. Do ex-diretor Flávio Cassal, figura presente no início dessa pesquisa, a Paulo Silva, novo comunicador gestor, a Lomba do Pinheiro trocou equipamentos, como transmissor, microfones, reorganizou os espaços internos da rádio, substituiu a discoteca de CD pelo acesso a músicas em *playlists* no ambiente digital e ofereceu, no final de outubro de 2017, um número de WhatsApp para a comunicação do ouvinte com a rádio (985838252), além do telefone fixo (3319.4566).

Além da rádio física, a Lomba do Pinheiro também está presente no ambiente digital no *site* de redes sociais Facebook, sendo esta a única extensão da RADCOM no cenário digital até o final de 2017, quando ingressou em um espaço de *streaming*. Ainda referente à presença no ambiente digital, a *Fanpage* conta com poucas interações de ouvintes de forma mais assídua. A partir de observações realizadas na *Fanpage*, foi

possível perceber que postagens são raras.⁶ A baixa participação do ouvinte e até mesmo dos comunicadores nesse espaço demonstra possivelmente um foco mais voltado para outros meios de comunicação não digitais no que se refere à comunicação com a rádio.

Como já referido, a Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro oferece, desde o dia 31 de outubro de 2017, a possibilidade de o ouvinte migrar ao ambiente digital para escutá-la. O serviço de *streaming* foi uma sugestão do novo comunicador gestor, Paulo Silva, e integra um processo de mudança proposto por ele para melhorias na RADCOM, conforme postagem do dia 20 de dezembro em seu perfil pessoal: “A Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro acompanha a era digital com aparelhagem supermoderna para melhor atender nossos ouvintes e apoiadores”.⁷ Para ele, a rádio feita por Flávio Cassal era de caráter “artesanal” e está “em um momento de transição”.

No que tange à programação, conforme entrevista realizada no dia 21 de setembro de 2017 com o comunicador gestor, a Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro conta com oito comunicadores. Para Paulo Silva, mesmo com a falta de comunicadores os programas são sempre ao vivo. A grade de programas é diversificada, sendo dividida em dias da semana, sábado e domingo. O que se observa é uma programação com características variadas a depender do dia em que os programas são veiculados, bem como a manutenção dos nomes dos programas, caso o comunicador não o apresente mais, isto é, o que troca é quem leva ao ar o programa e não o produto veiculado em si.

ANÁLISE

O contato com os três comunicadores locutores (Edson, Gastão e Rosa)⁸ ocorreu entre os dias 18 e 20 de dezembro de 2017. O procedimento metodológico para a realização da coleta de dados da pesquisa sistemática utilizado foi uma entrevista em profundidade abordando a temática já referida. O contato com os três comunicadores ouvintes da Lomba do Pinheiro (Francisca, Adão e Rui)⁹ ocorreu entre 01 e 10 de janeiro de 2018. O procedimento metodológico para a realização da coleta de dados da pesquisa

⁶ As últimas cinco, todas de ouvintes, ocorreram no ano de 2017 nas seguintes datas: 07 de janeiro, 18 de março, 25 de março, 07 de agosto e 08 de outubro.

⁷ Fonte: <https://www.facebook.com/DiretorPauloSilva/> Acesso em: 24 jan. 2018.

⁸ Será utilizado somente o primeiro nome dos entrevistados.

⁹ Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

sistemática utilizado foi uma entrevista que teve elementos semelhantes ao roteiro aplicado aos comunicadores locutores.

Ao serem questionados se a comunicação promovida pela Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro é *efetivamente* comunitária, *Edson* foi o único que não afirmou positivamente de forma categórica. “Esse é o sentido. Promove? Daí precisaríamos fazer uma avaliação ampla. Não tenho uma resposta direta. Hoje teria que ser muito mais” (*Edson*). *Rosa Maria* vê no trabalho de auxílio à população local feito pela rádio o elemento que justifica sua resposta. “Sim, promove. Através de pedidos de auxílio, informações, ajuda” (*Rosa Maria*). *Gastão* segue em lembrar da atuação do ex-comunicador gestor para responder à pergunta. “Sim. Até inclusive no tempo do Seu Flávio, ele chamava a atenção, no programa de quarta-feira, dos caras que cuidam da prefeitura, das ruas. Ele chamava e vinham fazer o programa” (*Gastão*). Para ele, trazer à tona problemas da comunidade e tentar solucioná-los por meio da rádio configura uma comunicação efetivamente comunitária.

O próximo questionamento, e também o mais complexo para os três entrevistados, tratou do tema cidadania. Todos foram instigados a refletir sobre se a RADCOM colabora para a promoção da cidadania e, se sim, de que maneira.

A rádio promove a cidadania, com certeza. Começando pela direção. O Paulo não se opõe ao que você vai fazer ou dizer. Tu é o responsável. Abrir espaço é importante e deixar falar dentro de um limite: não pode dizer ofensas porque tu entra dentro da casa da pessoa, tu não pode ser radical, citar nomes. (*Edson*, entrevista concedida em 18 de dez. 2017).

Ser cidadão é ser uma pessoa que trabalha, se preocupa com as pessoas que estão numa situação difícil, procurar ter amizades, procura cumprir seus deveres. As pessoas às vezes estão ouvindo uma palavra boa e indo *pro* lado errado. (*Gastão*, entrevista concedida em 18 de dez. 2017).

Cidadão é uma pessoa de bem. Eu acho que a rádio colabora para as pessoas serem mais cidadãs. É o que eu digo: ao invés de pensar bobagem, escutem a rádio. Daí vocês não pensam bobagem. Eu acho que a rádio muda um pouco a vida das pessoas (*Rosa Maria*, entrevista concedida em 20 de dez. 2017).

O que pode ser percebido com o material empírico colhido é que *Edson*, *Rosa Maria* e *Gastão* expressam entender que a rádio tem um papel importante na região, reconhecem o esforço que existe em ajudar os moradores e acreditam que isso, de uma forma ou de outra, traz benefícios para todos. *Rosa Maria* e *Gastão* não conseguiram, inicialmente, compreender o significado de cidadania na pergunta: A rádio colabora para a promoção da cidadania do público? A palavra promoção também precisou ser explicada.

Por isso, destaco aqui as compreensões de *Rosa Maria e Gastão* sobre o que entendem pela palavra cidadão e a partir disso conseguiram elaborar suas respostas.

Quanto aos comunicadores ouvintes, ao serem questionados se a comunicação que é feita na rádio é comunitária, responderam da seguinte forma:

Olha, no pouco que eu sei, eu acho. Quando as pessoas precisam de alguma coisa, outros colaboram. A sogra da minha filha mesmo... quem emprestou a cama que ela tá até hoje foi o Flávio (Cassal). Foi uma ajuda que se conseguiu por causa da rádio. A rádio ajuda a comunidade. Eles arrumam cadeira de roda, eles arrumam muleta pra caminhar, dar um rancho para quem precisa. Ela (a rádio) tem uma relação com a comunidade. Eu digo: estou ouvindo a minha rádio. Digo *pra* eles, em qualquer lugar: nossa rádio. Tenho aquele orgulho de gostar da rádio. Eu gosto, me faz bem (Francisca, entrevista concedida em 10 de jan. 2018).

Seguramente porque todo, principalmente no programa da manhã que é diretamente *pra* problemas que existem na Lomba, digamos assim, o Comunidade em Ação, é exatamente *pra* isso. Ajuda muito. O que que acontece? Normalmente o locutor aciona os órgãos da prefeitura, acionam a direção do CAR para participar, para resolver os problemas. Então a rádio, nesse ponto, tem uma valia muito grande (Adão, entrevista concedida em 10 de jan. 2018).

É comunitária. Ela se dedica somente às pessoas da comunidade, não visa lucro comercial nenhum. Eu chego ali e se quiser anunciar eu não gasto um centavo. Ela é comunitária. Tem a outorga como comunitária. Ela se comunica muito com o pessoal e esse pessoal não tem custo nenhum. Não foi feita para lucrar. A rádio trouxe bastante coisas para cá. É o meio de comunicação que a gente pode reclamar, ruas estragadas, esgoto a céu aberto. Sempre tem um órgão que tá ouvindo isso. Alguém ouve e dois, três dias tão fazendo o conserto (Rui, entrevista concedida em 10 de jan. 2018).

Os depoimentos apontam que os ouvintes entendem a rádio como um serviço de radiodifusão claramente comunitária. Para os entrevistados uma comunicação comunitária tem relação direta com ajuda e auxílio à comunidade. “A rádio ajuda a comunidade” ressaltou *Francisca*, em casos em que não há necessidade de recorrer ao poder público para que algum problema seja solucionado. Dallari (2013) entende a questão da cidadania como o resultado de experiências vividas e Pereira (2013) complementa com exemplos dessas vivências, quer sejam limpeza de vias públicas ou o respeito às leis, dimensão presente nos depoimentos de Rui e de Adão. Para o mesmo autor, a não existência dessas experiências configura a inexistência da própria cidadania. Ainda sobre os exemplos trazidos pela comunicadora ouvinte *Francisca*, Paiva (2003) fala em transformação na vida das pessoas que têm acesso à rádio comunitária, resultado do exercício da cidadania.

Francisca ressaltou, ainda, sentimentos de pertencimento acionados ao escutar a programação da emissora. *Adão* já fez referência a outros tipos de assistência proporcionado pela rádio. *Rui* destacou a dedicação da emissora e a questão da sustentabilidade financeira, uma das especificidades elencadas no referencial teórico como elemento constitutivo de uma rádio comunitária (FRASER E ESTRADA, 2001), pois é entendido que um serviço de radiodifusão não vise o lucro. Conforme os argumentos de Cabral Filho, o caso da Lomba do Pinheiro se enquadra no modelo de sustentabilidade que é oriunda de “publicidade comercial, geralmente restrita à forma de patrocínio como apoio cultural ou compreendendo princípios sociais de vinculação, tais como negócios locais” (2017, p.26 e 27)

Rui apontou, ainda, a função de voz da comunidade quando disse que “sempre tem um órgão que tá ouvindo isso. Alguém ouve e dois, três dias tão fazendo o concerto” (referente a reclamações na região). Ainda sobre o tema, todos responderam que a rádio desempenha corretamente suas funções na comunidade porque nenhum dos entrevistados mudaria algum aspecto da emissora pensando no seu papel enquanto meio de comunicação comunitário.

Para mim está muito boa, não mudaria nada. Acho muito bom o pessoal que trabalha ali porque é um pessoal que trabalha sem ganhar nada. Eu me dou muito bem com eles. Acho que eles merecem estar ali porque gostam. Estão ali porque gostam. Tem um rapazinho que faz até seis horas ali (de programação) (*Francisca*, entrevista concedida em 10 de jan. 2018).

Não. Acho que está entregue em boas mãos. O Paulo é um cara bastante inteligente e ele sabe bem o que está fazendo. Se eu puder ajudar eu ajudo, mas eu acho que tá muito bom (*Rui*, entrevista concedida em 10 de jan. 2018).

Acho que a rádio é bem organizada. Não tenho, assim, nada que pudesse mudar pra que a coisa tivesse uma melhoria maior. Acho que a rádio funciona muito bem. Mesmo com os recursos que são poucos. A gente não pode exigir muito da rádio comunitária (*Adão*, entrevista concedida em 10 de jan. 2018).

O conceito de cidadão precisou ser explorado entre dois entrevistados (*Francisca* e *Rui*) para que pudessem compreender se a RADCOM colabora para a promoção da cidadania das pessoas da comunidade. Dessa forma, as impressões quanto à cidadania são variadas, vão de exemplos concretos, no caso de *Francisca* e de *Rui* até o relato de experiências pessoais, como relatou *Adão*. Dos relatos colhidos empiricamente, constata-se que os três entrevistados pensam que o serviço de radiodifusão comunitária em que participam contribui para o fortalecimento da condição de cidadão. Como Peruzzo

lembra, as ações que objetivam o desenvolvimento da cidadania encontram espaço para evoluírem nas RADCOM, pois “elas podem contribuir efetivamente para o avanço do desenvolvimento social e local a partir de várias maneiras, desde os conteúdos que divulgam até a participação no próprio processo de fazer rádio” (PERUZZO, 2007, p.77). No caso da Lomba do Pinheiro, por exemplo, são serviços dos órgãos públicos que são agilizados com a intervenção da rádio ou eventos que conseguem divulgação gratuita durante a programação ou a cobrança de representantes do poder público acerca de alguma demanda local.

Nesse sentido, *Rui* destacou a possibilidade de poder dialogar com representante do poder público, ação que, segundo ele, não seria possível em um meio de comunicação de caráter comercial. Destacou que, em algumas situações, as mudanças ocorrem sem que o morador saiba que houve intervenção da RADCOM. Já *Adão* usou uma situação pessoal em que precisou da rádio e teve seu objetivo atendido, que era dar visibilidade a um evento que estava organizando. O comunicador ouvinte ainda aponta outra vantagem da emissora: “O pessoal consegue usar a rádio com mais facilidade do que em outros lugares, eu acredito”, o que coaduna com autores como Mata (2006) quando se refere ao espaço que as rádios comunitárias oferecem aos moradores das comunidades em que estão inseridas ou ao público ouvinte que não reside no mesmo território geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As constatações que podem ser feitas sobre as concepções relativas à comunicação comunitária e à promoção da cidadania é que os comunicadores locutores entendem, de certa forma, o papel que teriam na RADCOM e em um cenário macro, isto é, como integrantes de movimentos contra-hegemônicos e voltados a suprir demandas da própria comunidade que não são atendidas pelo poder público. No caso dessa pesquisa, são problemas como o reparo em vias, melhorias no transporte público, medicamentos e/ou equipamentos médicos etc. Os três entrevistados se sentem seguros quando afirmam que existe autonomia e liberdade nas realizações comunicacionais para com o comunicador ouvinte. Reforçaram, ainda, o sentido de pertencimento no que se produz e se veicula.

Mesmo assim, e a partir do que foi apresentado, percebe-se que existem limitações da parte dos comunicadores locutores quanto à compreensão do que os teóricos trazem concretamente como comunicação comunitária. Os entrevistados entendem o papel da

rádio para a comunidade, dando ênfase à questão do entretenimento, porém, não avançam em utilizar o espaço - que tem uma participação consistente ao longo do dia - para uma veiculação maior de conteúdo que possa impactar na vida dos moradores da Lomba do Pinheiro – intenção essa essencial neste tipo de comunicação. A materialização e percepção, no ar, da cidadania comunicativa poderia ser melhor trabalhada.

Como elemento analisado, perspectivando os objetivos específicos dessa pesquisa, consegue-se sustentar a constatação de que, dentro de suas realidades pessoais, os comunicadores ouvintes enxergam a rádio comunitária como um espaço que pode trazer benefícios para a comunidade. Destacaram, ainda, em suas falas, elementos constitutivos de uma emissora de caráter comunitário, como a questão da sustentabilidade financeira, da programação, da participação e produção local, além da relação com o pertencimento à comunidade. Tais características foram aparecendo ao longo da entrevista sistemática, sem a necessidade de apresentar a eles o que configura, teoricamente, uma RADCOM. Satisfeitos com a emissora, não mudariam nada pensando no seu papel enquanto meio de comunicação comunitário, nem na maneira como a comunidade participa. Quanto à cidadania, a entendem como melhorias proporcionadas pela força da rádio na solução de problemas na região. Assim, dos relatos, os três entrevistados acreditam que a Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro contribui, sim, para o fortalecimento da condição de cidadão.

A partir das perspectivas teóricas e das observações e entrevistas realizadas na RADCOM, penso que os processos comunicacionais têm, em parte, o caráter de uma comunicação comunitária por mobilizar a comunidade no entorno da emissora, propiciando o contato entre elas; além de haver o desenvolvimento/manutenção de um sentimento de pertencimento à Lomba do Pinheiro, porém, ela parece ser pouco utilizada para demandas locais que podem ter resultado a curto e médio prazo, beneficiando a região. Existe um fluxo intenso de duas vias (comunicador locutor e comunicador ouvinte) que pode, cada vez mais, ser melhor explorado no que tange a comunicação. Me parece que a população ouvinte está satisfeita com o que se oferece como meios de comunicação, pois a questão do hábito é muito clara na Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro: o telefone fixo é de fácil acesso, quase todos os comunicadores ouvintes têm em casa, não precisam gastar na ligação, pois o comunicador locutor já reconhece quem liga e os gostos musicais do público. Assim, as possibilidades digitais precisam ganhar espaço dentro da programação para que se faça uma análise mais profunda.

Em suma, existem condições para que haja um desenvolvimento maior do que realmente entendo como comunicação comunitária e cidadania comunicativa, mas não vislumbro uma Rádio Comunitária da Lomba do Pinheiro diferente da que visitei e que serviu de objeto de estudo para essa tese nos próximos anos. Da mesma forma que não vejo risco em perda de participação do comunicador ouvinte, exceto pelo fator natural de envelhecimento da população. Também não creio que o incremento de possibilidades digitais incrementa, ainda mais, o seu público.

REFERÊNCIAS

BERGER, C.. **Apresentação**. In: COGO, D.; MAIA, J. Comunicação para a cidadania. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

CABRAL FILHO, A. V. **Sustentabilidade na radiodifusão comunitária**: desafios e possibilidades. Logos - Comunicação e Universidade: Rádio nas bordas – Cartografias da radiodifusão comunitária, livre e alternativa v.24, n.1, jan-abr, 2017.

COGO, D. **No Ar...uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

DALLARI, D. de A. **Elementos para uma teoria geral do estado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRASER, C.; ESTRADA, S. R. **Community Radio Handbook**. Paris: UNESCO, 2001.

GHAI, Y. **Globalização, multiculturalismo e direito**. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.555-613.

LAHNI, C. R. **Reflexões iniciais sobre comunicação comunitária, formação de jornalistas e cidadania, a partir de artigos na Intercom e na Compós**. Razón y Palabra, v. 18, n.86, 2014. p. 1-19.

MALDONADO, A. E. **A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade**. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre, 2011. Disponível em <www.compos.org.br/biblioteca>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MATA, M. C. **Comunicación y ciudadanía**: Problemas teórico-políticos de su articulación. Revista Fronteiras, v.8, n.1, São Leopoldo, janeiro / abril 2006. p. 5-15. Disponível em <<http://seminariodemocratizar.eci.unc.edu.ar/files/6113-18691-1-SM-1.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

NUNES, M. V. **As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998 – 2000)?** In: COGO, D.; MAIA, J. Comunicação para a cidadania. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.** Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2003.

PEREIRA, G. A. **Noções básicas de Ética e Cidadania.** Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <r1.ufrj.br/cfar/d/download/Etica%20e%20Cidadania%20.pdf> Acesso em: 24 jul. 2017.

PERUZZO, C. M. K. **Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM.** In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 19., 2010, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados.** Reelaboraões do setor. Palavra Clave, vol.11, n.2, diciembre, 2008.

_____. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2007. p.69-94.

_____. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. In: ENCUESTRO NACIONAL DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN, 3., 2002, Santa Cruz de La Sierra – Bolívia. **Anais eletrônicos...** Bolívia, 2002. Disponível em: <http://ciciliaperuzzo.pro.br/?page_id=371> Acesso em: 20 jun. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Criação e história dos bairros,** Porto Alegre, [2017?] Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=128 Acesso em: 02 ago. 2017.

PROCEMPA. **Porto Alegre em análise,** Porto Alegre, 2017. Disponível em http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=1_2_594 Acesso em: 02 ago. 2017.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSTELATO, T. A.; SIQUEIRA, D. P. **Inclusão social, processo coletivo e minorias no ordenamento jurídico brasileiro.** Direito e Humanidades, n. 16, 2010. p.221-237. Disponível em http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/878 Acesso em: 03 ago. 2017.